

Seleccionar recursos para bibliotecas digitais: princípios orientadores

Fernanda Maria Campos

Biblioteca Nacional
Campo Grande, 83
1749-081 Lisboa
Tel.: 217982022
E-mail: fcampos@bn.pt

RESUMO

Pretende-se, com esta comunicação, enunciar alguns princípios básicos sobre uma fase primordial da construção das bibliotecas digitais que é o processo de selecção.

A noção da importância desta prática advém, sobretudo, do trabalho desenvolvido na Biblioteca Nacional com vista à construção e desenvolvimento da Biblioteca Nacional Digital. Os princípios orientadores aqui enunciados destinam-se a quem tenha de seleccionar recursos nascidos digitais e/ou recursos em suporte tradicional (papel) que se pretendam digitalizar. Apresentam-se os pontos básicos de avaliação (porque seleccionar é escolher e avaliar) e, para o caso de recursos destinados a digitalização, enunciam-se as razões principais para escolher este processo e as considerações a estabelecer face aos originais. Valor, Uso e Risco são os princípios orientadores mais relevantes em todo o processo de selecção, não sendo possível conceber um projecto de biblioteca digital sem que um conjunto de critérios de selectividade seja devidamente estabelecido.

PALAVRAS-CHAVE: Recursos digitais, bibliotecas digitais, digitalização, princípios orientadores.

1. INTRODUÇÃO

Seleccionar recursos é, para os bibliotecários, uma prática corrente e fundamental cujas raízes remontam, certamente, à constituição das primeiras bibliotecas.

Seleccionar significa escolher. Porém, para que a selecção seja fundamentada, isto é, vá ao encontro da missão e objectivos da biblioteca e dos seus utilizadores, é necessário que a escolha se oriente por critérios definidos. A prática de seleccionar ocorre em bibliotecas sempre que é necessário:

- escolher materiais para aquisição
- determinar prioridades em caso de intervenções de preservação e conservação
- seleccionar materiais relevantes para exposições e/ou edições
- escolher materiais para transferência de suporte, por exemplo, para microfilmagem ou digitalização.

Mencionámos que é uma prática corrente para

bibliotecários mas, obviamente, em muitas bibliotecas a selecção para aquisição também é participada por utilizadores (caso das bibliotecas universitárias) ou existem conselhos e comissões com a função de seleccionar recursos de informação relevantes para a biblioteca. Naturalmente que, conforme a biblioteca, assim os critérios de selecção; no entanto, existem alguns princípios gerais que norteiam o estabelecimento de critérios de selecção. São eles, no que respeita às aquisições:

- adequação à missão da biblioteca e à tipologia das respectivas colecções
- valor comparativo com outros materiais já existentes na biblioteca
- expressividade de pedidos por parte dos utilizadores.

Já no que respeita às prioridades de conservação ou selecção para exposições, podemos considerar estes critérios e ainda:

- acessibilidade condicionada por armazenagem remota ou em situação especial, mau estado de conservação, formato demasiado grande, tipo de suporte invulgar (seda, linho, pele, etc.)
- restrições de acesso devido ao estatuto legal da colecção.

O advento dos recursos de informação em formato digital vem introduzir algumas alterações a este contexto, nomeadamente criando novas categorias de princípios de selecção adequadas aos novos suportes. Por um lado, temos de considerar os recursos nascidos digitais e que, de forma gratuita ou mediante pagamento, podem (e devem) ser seleccionados para complementar as colecções da biblioteca e alargar o âmbito da sua missão através da oferta de conteúdos relevantes mas em suportes não tradicionais.

Por outro lado, queremos também abordar outro tipo de critérios de selecção que, hoje em dia, muitas bibliotecas são chamadas a estabelecer por desejarem iniciar projectos de digitalização. São critérios a aplicar a materiais tradicionais (no caso vertente, apenas falaremos dos impressos) que se pretende transferir para suporte digital. Poderão ser diferentes dos que indicaremos para os nascidos digitais, mas são determinantes na constituição de uma biblioteca digital sustentada.

2. SELECIONAR RECURSOS NASCIDOS DIGITAIS

De acordo com Katz (2002) “Quer para o impresso quer para a base de dados electrónica, há pontos básicos de avaliação que dizem respeito ao todo-poderoso conteúdo...”.

Outros autores, como Bopp & Smith (2002) consideram que pode ser difícil aplicar alguns dos critérios dos recursos impressos aos electrónicos porque, no primeiro caso, o exame da obra faz-se directamente e, no segundo caso, exige uma avaliação mais demorada e recorrendo sempre a meios tecnológicos, cuja disponibilidade e facilidade de utilização terão que ser (também elas) objecto de critério de selecção.

Por outro lado, os próprios utilizadores têm expectativas diferentes sobre a relevância e forma de conteúdo de um documento impresso e as de um recurso electrónico até porque a finalidade ou objectivo da sua concepção não é, logicamente, o mesmo. No caso de recursos tradicionais de referência, como dicionários, enciclopédias, bibliografias, anuários, etc., a apresentação e forma de leitura é muito diferente da dos seus homólogos em suporte digital.

Recorrendo de novo a Katz (2002), os pontos de convergência ou pontos básicos de avaliação para suportes tradicionais e digitais são os seguintes:

1. Objectivo – O objectivo da obra é evidente e foi cumprido?
2. Autoridade – Quais são as qualificações do autor (ou compilador) para garantir, à partida, que os objectivos da obra se podem cumprir? Qual a idoneidade e experiência do editor? A obra é objectiva?
3. Âmbito – Será que esta obra é uma adição válida à nossa colecção e, em caso afirmativo, qual o valor acrescentado?
4. Público-alvo – Verificar se a língua e o conteúdo são adequados ao público-alvo.
5. Custo – Avaliar as disponibilidades financeiras numa óptica custo/benefício.
6. Formato – Qual o aspecto e clareza da obra, estrutura, símbolos, gráficos, ilustrações, índices, etc.?

Estes pontos de convergência estão, essencialmente, ligados a critérios intelectuais de selecção, com excepção do número 5 que se refere ao custo. São muito gerais, isto é, podem ser adoptados por qualquer biblioteca, mas quando aplicados a recursos digitais levantam uma maior variedade de situações do que com os recursos impressos, ultrapassando o nível de questões que atrás se formularam.

Por exemplo: Objectivo, Autoridade e Âmbito não podem ter em conta apenas o conteúdo estático do recurso electrónico (ou seja, a informação estruturada

que está presente no próprio recurso) mas tem de contar também com a estrutura proposta de hiperligações. O facto de existirem hiperligações torna o recurso semanticamente rico porque proporciona diferentes níveis de relação que são, simultaneamente, intelectuais e técnicos, por exemplo, subcapítulos, documentos relacionados, exemplos, definições, traduções, acesso a serviços, etc.

Esta diferença em relação ao recurso tradicional torna a análise de selecção muito mais complexa, mas a verdade é que as hiperligações são uma parte do que pode transformar a informação em conhecimento, sugerindo associações causais, relações de categoria, instanciações que enriquecem a informação proporcionada ao utilizador. Quando uma hiperligação não é avaliada perde-se uma oportunidade de traduzir a informação em conhecimento, ou seja, tem-se um valor mas não um valor acrescentado.

Outro aspecto que é fundamental avaliar quando aplicamos critérios de selecção a recursos electrónicos é o equipamento e as ferramentas necessárias para garantir o respectivo acesso, o que implica também análise do elemento Custo.

O equipamento e demais facilidades, ou seja, o *hardware* e o *software* de apoio e as opções de telecomunicações, são domínios em constante mudança e pouco familiares aos bibliotecários. As implicações inerentes à infra-estrutura necessária para aceder à informação electrónica (incluindo Custo) vão muito para além das relativas aos materiais tradicionais.

O custo total que envolve *hardware*, *software*, preparação do *site*, apoio técnico, custos de conexão, manutenção e outros custos colaterais, pode ainda ser acrescido se a escolha feita se vier a revelar desadequada.

Quanto aos custos de aquisição e do acesso à informação electrónica propriamente ditos, também apresentam dificuldades. A aquisição pressupõe cláusulas contratuais, licenciamento, restrições no *downloading* e no *copyright*, que não sucediam na aquisição de recursos impressos. Há a considerar, ainda, a importância do apoio por parte do vendedor (que também era matéria despicienda com o material impresso) e a existência de toda uma estrutura que garanta a acessibilidade constante, em condições técnicas e legais, dos recursos electrónicos.

Se pensarmos na selecção e acessibilidade de *websites* gratuitos como uma solução sem custos, laboramos num erro. Com efeito, os critérios a estabelecer têm de ter maior flexibilidade porquanto a selecção vai exercer-se sobre um universo vastíssimo que é a *Web*, eventualmente a partir de ferramentas de busca como o Google. Em todo o caso, tem de haver uma supervisão humana na assistência à selecção, uma visão detalhada dos recursos para uma segunda fase de selecção e uma constante atenção e manutenção, porquanto este tipo de recursos são particularmente vulneráveis a um rápido desaparecimento ou deterioração.

A decisão de providenciar acesso a *websites* gratuitos seja num nível modesto (providenciando ligações a grandes directórios e motores de busca) ou num nível mais robusto (p. ex. desenvolvendo um portal local ou uma rede organizada de hiperligações) deve ser feita tendo sempre presente que há custos inerentes.

Dentro desta análise das semelhanças e diferenças entre os critérios de selecção para recursos tradicionais e para recursos digitais é importante focarmos agora as questões Público-alvo e Formato.

O ponto de partida para analisar estes dois aspectos é o conhecimento da missão e objectivos da biblioteca. De acordo com Pitschmann (2001), independentemente dos formatos coleccionados, o desenvolvimento das colecções de qualquer serviço de biblioteca deve derivar de políticas de aquisição e de critérios de selecção pré-estabelecidos. Só essas políticas e critérios permitirão ao serviço seleccionar conteúdos consistentes com a missão da instituição e dos seus objectivos a longo prazo.

Há, portanto, uma relação estreita entre a selecção e o desenvolvimento das colecções e o aspecto relacionado com o formato poderá ser visto com maior ou menor ênfase, de acordo também com o público-alvo. No caso dos recursos electrónicos esta ligação é particularmente importante pois a selecção de certos recursos que necessitam de equipamento ou facilidades especiais pode representar uma despesa sem benefício se o público a quem se destina não souber trabalhar com essas ferramentas e/ou se a biblioteca não dispuser de meios para lhe poder ensinar. O mesmo se passará, mas por outras razões, se se seleccionarem recursos para os quais a biblioteca não dispõe de meios tecnológicos adequados à sua acessibilidade e manutenção a longo prazo.

Assim, se idealmente a colecção se deve desenvolver por objectivos e independentemente do suporte de informação, na prática e no que diz respeito aos recursos electrónicos, a selecção de formatos terá de ser avaliada num contexto mais vasto que inclui a questão tecnológica e a análise custo/benefício e onde, naturalmente, avultarão as necessidades de informação do público-alvo.

Este último aspecto pode influenciar as decisões a tomar no que respeita à selecção de recursos digitais, sobretudo nos casos em que se pode optar por um recurso em formato analógico ou em formato digital.

Com efeito, uma diferença significativa entre recursos *on-line* e recursos tangíveis reside nas questões de posse. Um livro pode ficar permanentemente na colecção física de uma biblioteca e, se o autor morrer ou se a editora acabar, o livro continuará na sua prateleira até que, eventualmente, a biblioteca decida removê-lo da colecção. No entanto, os recursos digitais *on-line*, quer pagos quer de acesso gratuito, nunca pertencem realmente à biblioteca cujo papel será, essencialmente, de intermediária no acesso a esses recursos.

Adicionar uma ligação para um determinado *site* ou

base de dados no portal de uma biblioteca não significa possuir o recurso mas sim anunciar a sua presença.

Os critérios de selecção terão pois de considerar, face a recursos em que possa haver opção de suporte, se a questão da posse do documento (válida para o suporte impresso) será mais importante em termos de necessidades e preferências do utilizador do que a assinatura ou aquisição de licença do mesmo documento *on-line*. Alternativamente haverá bibliotecas que poderão seleccionar os dois formatos, sobretudo se o *on-line* for dinâmico e/ou apresentar diferenças de conteúdo em relação ao impresso. Esta situação pode ocorrer com jornais, revistas, enciclopédias, etc.

Um factor importante haverá sempre que ser considerado: as bibliotecas não podem escolher conteúdos *on-line* baseadas num critério de acessibilidade a longo prazo desses mesmos conteúdos. Podem apenas seleccionar, baseadas nos princípios de valor e relevância do recurso, com objectivos de curto prazo, pois os recursos *on-line* têm um ciclo de vida normalmente mais curto e a avaliação do seu interesse (inclusive por parte dos utilizadores) deve ser frequente.

Note-se mais uma vez a diferença em relação ao impresso: muitas bibliotecas adquirem uma obra que pode ter um determinado ciclo de interesse e popularidade mas findo ou interrompido esse ciclo não há uma avaliação que leve à eliminação da obra das colecções da biblioteca.

3. SELECIONAR PARA DIGITALIZAR

As estratégias para selecção de recursos a digitalizar compreendem, de alguma maneira, os princípios que atrás se indicaram para selecção de recursos digitais mas têm em conta, obviamente, outros pressupostos porquanto se trata de transferir de suporte um determinado documento, criando uma cópia digital e não, como anteriormente se viu, de adquirir um novo recurso a juntar às colecções existentes.

A determinação de critérios que ajudem no processo de selecção é fundamental para qualquer projecto de digitalização. Segundo Vogt-O'Connor (2000), um bom conjunto de princípios de selecção é a garantia de que os recursos humanos e técnicos são utilizados para digitalizar as colecções mais significativas e de maior utilidade, pelo custo mais baixo e sem colocar em risco a instituição, quer social quer legalmente.

Se observarmos as bibliotecas digitais existentes e que estão ligadas a instituições, incluso os grandes projectos, como é o caso da Biblioteca do Congresso (<http://loc.gov>), verificamos que, sem excepção, todas se apoiam em critérios de selecção que têm as componentes variáveis que o próprio tipo de objectivos, colecções e público-alvo determinam, mas que têm também aspectos comuns.

A organização deve, pois, no momento de planear o seu projecto de digitalização, tornar explícitos os critérios que presidiram ao projecto e que nortearam a selecção dos conteúdos.

Baseando-nos em IFLA.PAC (2002), as razões principais para digitalizar são:

- para permitir mais e melhor acesso
- para facilitar novas formas de acesso e utilização da informação
- para preservação.

Analisemos, em concreto, cada uma destas questões:

Mais e melhor acesso

O aumento da visibilidade e acessibilidade das colecções é, como já referimos na Introdução, a mais-valia do processo de digitalização, sobretudo se se destinar a acesso pela *Web*. A instituição deve, pois, ponderar nos seus critérios de selecção, as necessidades do utilizador em termos de apoio à investigação. Assim, serão elementos a considerar:

- o acesso a um conjunto documental que seja considerado material de investigação relevante
- a criação de um único ponto de acesso a documentação proveniente de vários fundos dentro da organização e/ou dispersa por diferentes instituições mas que diga respeito a um assunto concreto
- a implementação da “reunificação virtual” de colecções e fundos pertencentes a um único possuidor (ou criador) mas que se encontram espalhados por vários sítios (no mesmo ou em vários países)
- o valor individual (nacional, regional, local, por exemplo) que, por considerações patrimoniais, sociais ou outras é fundamental disponibilizar da forma mais alargada possível
- o valor educativo, cultural e científico de certos documentos ou colecções para apoio a projectos, também destinados à sociedade em geral ou à aprendizagem ao longo da vida.

Novas formas de acesso e utilização da informação

As considerações, neste domínio, têm a ver com aspectos diferentes do material a seleccionar e estão directamente relacionadas com o uso do conteúdo informativo dos documentos que:

- não podem ser consultados, sem reserva, no seu formato original e só na instituição detentora
- foram danificados ou apresentam problemas de conservação (dificuldade na legibilidade, alteração de cores, etc.) e só o apoio tecnológico pode ajudar a revelar o seu conteúdo ou forma
- têm um conteúdo informativo que beneficia da utilização de ferramentas automáticas melhoradas como o OCR (Optical Character Recognition) para uma pesquisa melhorada.

Preservação

A digitalização de materiais originais não é um

substituto do investimento na sua conservação e preservação mas pode ajudar a preservar os originais. Materiais muito utilizados e em que o microfilme não consiga reproduzir as características do original com fiabilidade beneficiam da criação de cópias digitais de qualidade para evitar a deterioração dos originais e o mesmo se aplica a documentos frágeis ou em risco. Neste caso, no entanto, haverá sempre que considerar se o benefício da digitalização é maior do que o risco que o material sofre durante o processo de digitalização.

Outro aspecto geral a considerar é que sempre que a conversão digital tem a ver com materiais originais que apresentam problemas de conservação, o objectivo é, em primeiro lugar, criar reproduções correctas desses originais num suporte duradouro, prevalecendo a perspectiva da instituição e não os pedidos dos utilizadores.

Essas reproduções necessitam de satisfazer, ao mesmo tempo, os utilizadores de hoje e os que potencialmente o serão no futuro e, em consequência, têm de ter grande qualidade e possuir uma estabilidade física que possa ser mantida ao longo do tempo.

De acordo com IFLA.PAC (2002), um método para seleccionar materiais originais para preservação consiste em classificá-los em três categorias:

- Documentos raros, únicos ou frágeis, arquivos e outros objectos com valor de artefacto que necessitem ser retidos no seu formato original: a conversão digital pode providenciar suportes alternativos de grande qualidade, com um acesso rápido e alargado que, em muitos casos, irá proteger do manuseio este tipo de material. Esta situação pode ser difícil de alcançar utilizando exclusivamente microformas.
- Material original com importante valor intelectual mas relativamente baixo valor de artefacto, altamente utilizado e apresentando-se deteriorado ou frágil: as imagens digitais são, normalmente, bons substitutos para satisfazer pedidos imediatos. Se os materiais originais estão a deteriorar-se e, consequentemente, necessitam ser substituídos definitivamente, os arquivos e as bibliotecas preferem, muitas vezes, produzir microfilmes para fins de preservação e cópias digitais para acesso (a solução híbrida).
- Material original em mau estado, de grande valor intelectual mas baixo valor de artefacto e com um baixo índice de utilização. Este não é um tipo de material que deva ser prioritário para digitalizar. Se é material frágil que necessita ser substituído por uma cópia num suporte alternativo a fim de permitir o acesso, então será o microfilme a escolha usual que se pratica ainda em muitos países por ser estável, barato e fácil de armazenar. No futuro, quando os investigadores descobrirem este material original e, eventualmente, o venham a utilizar com mais frequência, haverá sempre a possibilidade de digitalizar o microfilme.

Outro tipo de considerações podem influenciar a selecção de conteúdos a digitalizar como, por exemplo,

os custos e as limitações técnicas que condicionam o projecto. Certas “soluções ideais”, que são a utilização de ferramentas automáticas melhoradas como o OCR ou a codificação do texto para uma recuperação mais eficaz, podem revelar-se difíceis ou impossíveis de implementar pelo elevado custo que representam e pela necessidade de utilização de tecnologias que a instituição possa não dispor em termos concretos e em capacidade humana.

Outra limitação poderá ser a ausência de registos bibliográficos que descrevam os conteúdos que se pretendem digitalizar. Se tal for o caso, mesmo que os conteúdos sejam muito relevantes, a biblioteca terá de assegurar, em primeiro lugar, que eles sejam devidamente catalogados pois os dados descritivos são essenciais para garantir o acesso ao material. Assim, o tempo de execução do projecto terá de ser aumentado e os custos necessários à tarefa terão de ser assegurados. A decisão de digitalizar poderá, pois, ser condicionada por este factor.

Do mesmo modo, a condição física do material seleccionado pode ser um factor de ponderação determinante. Com efeito, o material frágil e deteriorado pode apresentar um factor de risco acrescido em virtude da manipulação que será necessária para a digitalização. Se o material, mesmo em mau estado de conservação, for considerado de alto valor e prioritário, a biblioteca terá de garantir um tratamento preliminar de conservação. Tal envolve tempo e custos adicionais para o projecto e a instituição, antes da tomada da decisão final, deverá considerar se avança nessa perspectiva ou se dá prioridade a outras colecções cujo estado de conservação não levante tantos problemas.

Recorrendo de novo ao documento da IFLA, podemos estabelecer o seguinte quadro de recomendações que julgamos válido para quem se lança em projectos de digitalização:

Recomendações

- Elaborar uma política para a selecção de materiais a digitalizar, ainda numa fase preliminar ao projecto.
- Identificar as razões principais que presidem ao projecto. Pretende-se aumentar e melhorar o acesso? Deseja-se apoiar o programa de preservação? Os objectivos são uma mistura de ambos?
- Definir, nos objectivos do projecto, os critérios relativos a requisitos técnicos, descrição, indexação e pesquisa, bem como estratégias de preservação dos ficheiros digitais criados.
- Criar um conjunto de critérios para selecção onde seja evidente a relação com os objectivos e missão da biblioteca, o (re)conhecimento do valor das suas colecções e o valor acrescentado para investigadores ou outro tipo de público-alvo que tais conteúdos, em formato digital, podem ter.
- Considerar a constituição de comissão ou comissões consultivas mistas, formadas por bibliotecários,

académicos e outros investigadores que representam, por um lado, a perspectiva da instituição e, por outro, os potenciais utilizadores das colecções digitais, comissão essa que pode ajudar na selecção do que é mais importante digitalizar.

- Capturar as imagens dos conteúdos seleccionados, de modo a que seja possível usá-las para diversos fins, armazenando-as *off-line* de forma barata e segura (ficheiro mestre ou de segurança). Cópias de substituição destas imagens serão usadas para o acesso (ficheiros de acesso) e também para imagens de apresentação com o objectivo de dar uma ideia do conteúdo (*thumb nail*).

4. CONCLUSÃO

Valor, Uso e Risco são, sem dúvida, os princípios orientadores mais relevantes em todo o processo de selecção de recursos para bibliotecas digitais, quer eles sejam nascidos digitais quer sejam digitalizados.

Valor

Os materiais a seleccionar devem ter um ou mais dos seguintes valores:

- valor informacional, que se refere ao conteúdo temático, o qual deverá ser relevante para as colecções da biblioteca e para o cabal cumprimento da sua missão;
- valor de artefacto (no mesmo sentido que é usado pela comunidade arquivística) relacionado com os materiais originais que têm valor pela sua própria natureza;
- valor associativo que se refere a materiais que se relacionam com outros, originais ou muito relevantes, já integrados nas colecções da biblioteca (p. ex. um *site* onde constam colecções de fotografias digitalizadas pode interessar a uma biblioteca por complementar a colecção de fotografias que possua ou por ilustrar determinados temas que a biblioteca é suposto coleccionar e sobre os quais fornece informação);
- valor de evidência refere-se às situações em que o documento serve como prova legal ou histórica de uma actividade, evento, etc.

Risco

O risco pode assumir várias formas: legal, social e de preservação. A selecção terá sempre de ter em conta as condições legais em que a acessibilidade dos materiais vai decorrer quer por serem recursos nascidos digitais e sujeitos a formas contratuais, quer por serem recursos digitalizados cujos direitos de propriedade intelectual devam ser respeitados. Apesar de muitos projectos optarem por conteúdos em domínio público, ainda assim, para assegurar a coerência do “corpus”, poderá ser necessário digitalizar conteúdos que necessitem de autorização para um acesso, por exemplo, através da Internet.

Os aspectos sociais também são factor de risco importante. Não devem ser seleccionados materiais cujo conteúdo seja, de alguma forma, considerado secreto ou condicionado na sua acessibilidade, por poder causar danos a pessoas ou instituições neles mencionados ou pôr em perigo a segurança de indivíduos e de organizações locais ou nacionais.

Finalmente, o risco de preservação é, como mencionámos atrás, um factor de grande importância na selecção de materiais devendo sempre ponderar-se, no momento da escolha para digitalizar, as condições físicas dos recursos, o eventual prejuízo para a sua conservação que o processo de digitalização pode potenciar e ainda o facto de, em muitos casos de avançada degradação, não ser possível obter benefícios da imagem digital sem que previamente os documentos sejam submetidos a algum tratamento de conservação.

Uso

A selecção de recursos digitais ou a digitalizar tem de ser baseada em previsões de utilização. Aconselha-se a consulta a utilizadores, a grupos profissionais ou académicos a quem a biblioteca preste serviço, mas também é importante analisar os índices de consulta, os pedidos de informação e de reprodução recebidos pelos serviços, bem como auscultar (para o estabelecimento do valor e do risco) os profissionais da biblioteca.

A tarefa de seleccionar recursos para bibliotecas digitais é fundamental para que todo o processo de aquisição ou de digitalização se consubstancie num valor acrescentado às colecções existentes e represente um serviço de qualidade posto à disposição do utilizador. É uma tarefa indispensável que envolve múltiplos parceiros e que tem de ser corporizada num conjunto de procedimentos que possam garantir, a prazo, a eficácia da biblioteca e a sua capacidade de gerir as novas colecções nas melhores condições.

BIBLIOGRAFIA

BOPP, R.E.; SMITH, L.C. – Reference and information services: an introduction. 3rd ed. Englewood, Co: Libraries Unlimited, 2001.

COLORADO DIGITIZATION PROGRAM, Questions to ask before starting a digitization project. [Consult. 11 Dez. 2003]. Acessível em: <http://www.cdpheritage.org/resource/introduction/questions.html>

HAZEN, Dan; HORRELL, Jeffrey; MERRIL-OLDHAM, Jan, Selecting research for digitization. Washington, DC: Council on Library and Information Resources, 1998. Disponível também em: <http://www.clir.org/pubs/reports/hazen/pub74.html>

IFLA.PAC – Guidelines for digitization projects for collections and holdings in the public domain, particularly those held by libraries and archives, 2002. [Consult. 10 Dez. 2003]. Acessível em: <http://www.ifla.org/VII/s19/pubs/digit-guide.pdf>

JEWELL, Timothy – Selection and presentation of commercially available electronic resources: issues and practices. Washington, DC: Digital Library Federation: Council on Library and Information Resources, 2001. [Consult. 5 Jan.2004]. Acessível em: <http://www.clir.org/pubs/reports/pub99/contents.html>

KATZ, W. – Introduction to reference work. 8th ed. New York: McGraw-Hill, 2002. 2 vol.

KENNEY, Anne R.; OYA Y, Rieger, Moving theory into practice: digital imaging for libraries and archives. Mountain View, Calif.: Research Libraries Group, 2000. Disponível também em tutorial: <http://www.library.cornell.edu/preservation/tutorial/selection/selection-01.html>

LIBRARY OF CONGRESS. Collections policy statements: electronic resources. 1999. [Consult. 10 Dez. 2003]. Acessível em: <http://www.loc.gov/acq/devpol/electron.html>

LYNCH, Clifford, Digital collections, digital libraries and the digitization of cultural heritage information. “First Monday” 7, 5 (May 2002). . [Consult. 7 Jan. 2004]. Acessível em: http://www.firstmonday.org/issues/issue7_5/lynch/index.html

NATIONAL INITIATIVE FOR A NETWORKED CULTURAL HERITAGE, NINCH Guide to good practices, Version 1.1., February 2003. . [Consult. 25 Março 2003]. Acessível em: <http://www.nyu.edu/its/humanities/ninchguide>
Ver especialmente III: Selecting materials: an interactive process

PITSCHMANN, Louis A. Building sustainable collections of free third-party Web resources. Washington, DC: Council on Library and Information Resources, 2001. [Consult. 6 Jan.2004]. Acessível em: <http://www.clir.org/pubs/abstract/pub98abst.html>

VOGT-O’CONNOR, Diane – Selection of materials for scanning. In Sitts, Maxine K. – Handbook for digital projects: a management tool for preservation and access. 1st ed. Andover, Mass.: Northeast Document Conservation Center, 2000, p. 35-63. [Consult. 16 Jan. 2002]. Acessível em: <http://www.nedcc.org/digital/dman.pdf>

WELLS, Amy Tracy – Selection criteria for traditional and electronic resources. Draft, September 2003. [Consult. 18 Dez.2003]. Acessível em: http://www.msu.edu/~wellsat/draft_report.doc